

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FABIANO FLÔR

A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSE DE 1992 E 2002

**Monografia apresentada junto ao
Curso de Ciências Econômicas,
Departamento de Economia, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

Professor: Maurício A. Serra

CURITIBA
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

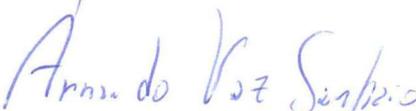
FABIANO FLÔR

A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSE DE 1992 E 2002

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Maurício A. Serra
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Dr. Maurício Bittencourt
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 21 de Novembro de 2008.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ECONOMIA DO CRIME: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	2
1.1 UM BREVE PANORAMA DA CRIMINALIDADE	3
1.1.1 CUSTOS DA CRIMINALIDADE NO MUNDO	3
1.1.2 CUSTOS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL	6
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
2. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ.....	9
2.1 BREVE DESCRIÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA DO PARANÁ	9
2.1 DEMOGRAFIA.....	10
2.2 EDUCAÇÃO	12
2.3 NÍVEL DE RENDA	15
2.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO	17
2.5 INTENSIDADE DA POBREZA.....	19
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
3. A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSE DE 1992 E 2002.....	21
3.1 A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO PARANÁ.....	21
3.2 DETERMINANTES DA VARIAÇÃO NAS TAXAS DE HOMICÍDIO NO PARANÁ	28
3.2.1 METODOLOGIA.....	28
3.2.2 RESULTADOS	29
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	34
ANEXOS	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 – DISPOSIÇÃO A PAGAR ANUAL PELA REDUÇÃO DE 30% DOS CRIMES ENVOLVENDO ARMAS DE FOGO NOS EUA (EM DÓLARES DO ANO DE ESTUDO).....	4
TABELA 1.2 – DISPOSIÇÃO A PAGAR ANUAL PELA REDUÇÃO DE 10% DOS CRIMES SELECIONADOS NOS EUA (EM DÓLARES DO ANO DE ESTUDO).....	4
TABELA 2.1 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA, TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO – 1940/2000.....	10
TABELA 2.2 – POPULAÇÃO TOTAL, TAXA DE CRESCIMENTO E GRAU DE URBANIZAÇÃO POR MESORREGIÃO.....	11
TABELA 2.3 – NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM, 1991 E 2000.....	13
TABELA 2.4 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM PERCENTUAL DE PESSOAS DE 18 A 24 ANOS ANALFABETAS EM 2000.....	13
TABELA 2.5 – TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, E ANALFABETISMO, SEGUNDO MESORREGIÃO – 2000.....	14
TABELA 2.6 – INDICADORES DE RENDA E DESIGUALDADE – 2000 (EM R\$ 2000).....	15
TABELA 2.7 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM RENDA PER CAPITA EM 1991.....	16
TABELA 2.8 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM RENDA PER CAPITA EM 2000.....	17
TABELA 2.9 – OS 5 MELHORES E OS 5 PIORES MUNICÍPIOS EM IDH-M EM 1991.....	18
TABELA 2.10 – OS 5 MELHORES E OS 5 PIORES MUNICÍPIOS EM IDH-M EM 2000.....	18
TABELA 2.11 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM INTENSIDADE DA POBREZA EM 2000.....	19
TABELA 3.1 – MUNICÍPIOS COM TAXA DE HOMICÍDIOS SUPERIOR A 20 POR 100 MIL HABITANTES EM 1992 E 2002.....	23
TABELA 3.2 – O MUNICÍPIO MELHOR E O PIOR CLASSIFICADO DE CADA REGIÃO DO ESTADO DO PARANÁ EM 2002.....	24
TABELA 3.3 – O MUNICÍPIO COM A MAIOR E A MENOR VARIAÇÃO DE 1992 PARA 2002 DE CADA REGIÃO.....	26
TABELA 3.4 – ESTIMATIVAS DOS DETERMINANTES DAS VARIAÇÕES NAS TAXAS DE HOMICÍDIOS.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÃO – 1991/2000 (% a.a.).....	12
GRÁFICO 3.1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO (POR CEM MIL HABITANTES) NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ.....	21
GRÁFICO 3.2 – TAXA DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES EM 1992 E 2002.....	22
GRÁFICO 3.3 – OS 10 MELHORES MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS EM 2002.....	27
GRÁFICO 3.4 – OS 10 PIORES MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS EM 2002.....	28

LISTA DE SIGLAS

EUA – Estados Unidos da América
PIB – Produto Interno Bruto
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Paridade do Poder de Compra
MQO – Mínimos Quadrados Ordinários
DW – Durbin-Watson
BG – Breusch-Godfrey

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo estudar os determinantes da criminalidade nos municípios paranaenses entre 1992 e 2002. Estudos sobre criminalidade são importantes uma vez que impactam diretamente sobre o bem-estar da população. Em primeiro lugar, indicadores socioeconômicos, que poderiam explicar as taxas de criminalidade no Paraná, foram estudadas e apresentadas e, assim, uma descrição do perfil socioeconômico do Estado foi feita. Em segundo, o estudo analisou a evolução da criminalidade, no período anteriormente citado, para todos os 399 municípios do Paraná. Por último, desenvolveu-se um estudo econométrico no sentido de testar e analisar as hipóteses de que as variações das taxas de homicídios estão relacionadas com indicadores socioeconômicos. Os resultados demonstram que municípios com piores indicadores socioeconômicos tendem a apresentar um maior crescimento nas taxas de criminalidade.

Palavras-chaves: Criminalidade. Indicadores socioeconômicos. Paraná

ABSTRACT

This paper aims to study the crime's determinants in the cities of Parana between 1992 and 2002. Papers about crime are important since they directly impact on the population's welfare. First of all, socioeconomic indicators, which could explain the crime rate in Parana, have been studied and presented and therefore a description of the socioeconomic profile of the State was made. At second, the paper has analyzed the evolution of crime for all 399 cities of Parana. At last(or Finally), it has developed an econometric study to test and analyze the chances of that variations in rates of homicides are related to socioeconomic indicators. The results show that cities with the worst socioeconomic indicators tend to have higher growth rates in crime.

Key words: Crime. Socioeconomic indicators. Parana

INTRODUÇÃO

A criminalidade é um tema importante tendo em vista os impactos que ela exerce sobre o crescimento econômico e o bem-estar da população. Nos últimos anos, no Brasil e no Paraná, neste último de forma mais acentuada, a criminalidade tem aumentado e ocasionando preocupação por parte dos governos e da sociedade.

Neste sentido, RESENDE *et al* (2007) afirma que “um dos principais desafios do Estado brasileiro é o de formular e implementar políticas que permitam prevenir e reduzir a criminalidade”. Porém, para isso, é necessário que estudos e pesquisas sejam desenvolvidos para um melhor entendimento dessa temática no país.

O objetivo desta monografia é estudar os determinantes da criminalidade nos municípios paranaenses entre 1992 e 2002. Como dito anteriormente, estudos sobre criminalidade são importantes uma vez que impactam diretamente sobre o bem-estar da população.

Para este trabalho adotou-se o termo criminalidade para fazer menção aos homicídios cometidos. Poderia-se definir a taxa de homicídio simplesmente como sendo o número absoluto de mortes. Porém, esta análise não leva em consideração diferenças de tamanho entre regiões e populações. Portanto, para o desenvolvimento deste estudo, a definição para taxa de homicídio que será adotada é: o número de mortes de uma região para cada cem mil habitantes.

A taxa de homicídio por 100 mil habitantes (ou taxa de criminalidade) é o indicador utilizado para que se possa representar, mensurar e comparar o nível de criminalidade entre os municípios paranaenses.

O trabalho está dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar uma breve revisão da literatura sobre o tema. O segundo capítulo será sobre o perfil socioeconômico do Paraná e serão apresentados alguns indicadores socioeconômicos para o Estado. O último capítulo descrever as taxas de homicídios nos municípios paranaenses, suas variações e os determinantes da criminalidade no período de 1992 e 2002. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

1. ECONOMIA DO CRIME: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão da literatura sobre o que se convencionou chamar “Economia do Crime”. A criminalidade tem causado uma preocupação social no sentido de coibir a ação criminosa. Neste sentido, a estimação dos custos que o crime impõe à sociedade vem se tornando cada vez mais uma ferramenta importante na formulação e implementação de políticas públicas por parte dos governos.

A construção de um referencial teórico para explicar as causas da criminalidade bem como mensurar as perdas e ganhos de bem-estar da sociedade com a diminuição do crime em determinadas regiões é um trabalho custoso e que requer muitos esforços. Isto porque existem poucas correntes teóricas que tentam explicar esse fenômeno. A mais conhecida e seguida é a teoria formulada por BECKER (1968) no seu artigo intitulado de “*Crime and Punishment: An Economic Approach*”. As outras poucas teorias existentes são derivadas desta.

BECKER ganhou o prêmio Nobel em 1993 e no seu discurso de entrega do prêmio ele falou ao público: “*rationality implies that some individuals become criminals because of the financial and other rewards from crime compared to legal work, taking account of the likelihood of apprehension and conviction, and the severity of punishment*”. Para ele, o sistema de leis é percebido como correspondendo ao bem-estar ideal da sociedade e os desvios em relação às condições legais são considerados prejudiciais à sociedade.

Para ARAÚJO e FAJNZYLBER (2001) o crime e a criminalidade constituem uma importante componente dos problemas político, social e econômico. O primeiro porque atitudes por parte do governo e recursos públicos escassos devem ser alocados em detrimento a outros projetos. É um problema social porque atinge o bem-estar, a qualidade e a expectativa de vida das sociedades. E é um problema econômico por está intimamente ligado às condições econômicas e restringe o desenvolvimento e crescimento econômico das populações.

A teoria desenvolvida por BECKER (1968) é uma baliza na abordagem do tema criminalidade devido as suas relevantes colaborações. Primeiro lugar, qualquer indivíduo pode ser um criminoso potencial, ou seja, os criminosos não são necessariamente indivíduos com transtornos mentais e/ou psíquicos. Segundo lugar, toda prática de um crime envolve um certo risco e, portanto, indivíduos com aversão

ao risco muito alto provavelmente não cometeriam crimes. Terceiro lugar relaciona a criminalidade com o mercado de trabalho, ou seja, o ato criminoso surgiria de uma decisão racional do indivíduo que levaria em conta os benefícios financeiros do crime e os custos associados a sua punição (mercado ilegal) e os custos de oportunidade representados pelo retorno no mercado formal de trabalho.

Ainda segundo os custos de oportunidade, têm que este deveria aumentar com a melhoria nas perspectivas de trabalho no mercado legal. Portanto, poderíamos pensar que áreas com maior renda *per capita*, maiores níveis educacionais, maiores salários e menor desemprego estariam pré-dispostas a ter taxas de criminalidade menores. Porém, deve-se levar em conta que pelo menos no caso de crimes contra o patrimônio, o efeito das variáveis ditas anteriormente é de fato ambíguo porque nessas áreas estariam localizadas vítimas mais atrativas economicamente (renda das vítimas tem relevância) e com maior retorno para aquele tipo de atividade criminal, ou seja, crimes com motivação econômica.

Os estudos sobre a Economia do Crime, geralmente tentam estimar ou mensurar os custos provenientes da criminalidade. Segundo RONDON e ANDRADE (2003), esses custos estão relacionados à perda de bem-estar dos indivíduos, causada pela violência e criminalidade.

1.1 UM BREVE PANORAMA DA CRIMINALIDADE

Esta subseção tem como objetivo apresentar alguns estudos e trabalhos que foram desenvolvidos, em diversos países e no Brasil, a fim de estimar os custos da criminalidade, a disposição da sociedade a pagar pela redução da criminalidade e, conseqüentemente, a elevar o seu ganho em bem-estar.

1.1.1 CUSTOS DA CRIMINALIDADE NO MUNDO

Ao longo das últimas décadas, alguns estudos tentaram estimar a disposição que certos indivíduos, ou grupos de indivíduos, têm a pagar para reduzir diminuir a criminalidade na região onde vivem. Neste caminho, pode-se citar GEGAX, GERKING e SCHULZE (1985) que realizaram um estudo nos Estados Unidos da América (EUA) a fim de estimar quanto (em dólares) que um grupo de trabalhadores estavam dispostos a abrir mão em seus salários em troca de uma maior segurança no trabalho, ou seja, a diminuir o risco de sofrer um acidente fatal no seu trabalho.

Eles descobriram que esse grupo de pessoa estava disposto a aceitar uma redução de \$2,8 milhões de dólares para salvar uma vida.

Na mesma linha, pode-se mencionar os estudos feitos por LUDWIG & COOK (1999) e COHEN *et al* (2004). Os primeiros apresentaram estimativas para o ganho de bem-estar associada à redução de 30% dos crimes envolvendo armas de fogo e chegaram à conclusão que a sociedade estudada está disposta a pagar \$1,848 milhões de dólares para atingir a redução acima estabelecida (ver tabela 1.1).

TABELA 1.1 – DISPOSIÇÃO A PAGAR ANUAL PELA REDUÇÃO DE 30% DOS CRIMES ENVOLVENDO ARMAS DE FOGO NOS EUA (EM DÓLARES DO ANO DE ESTUDO)

Estimativa	Disposição a Pagar Por Família	Disposição a Pagar Por Crime Evitado	Total Agregado (Bilhões de Dólares)
Estimativas não Paramétricas	212,68	1.100.000,00	21,8
Média	239,00	748.000,00	23,8
Mediana	204,00	-	-

Fonte: ARAUJO e RAMOS (2007).

Enquanto o último tenta estimar a disposição das famílias a pagar pela redução de 10% em crimes de uma lista pré-determinada e a conclusão foi que as famílias estão dispostas a desembolsar \$10,264 milhões de dólares por crime evitado (ver tabela 1.2).

TABELA 1.2 – DISPOSIÇÃO A PAGAR ANUAL PELA REDUÇÃO DE 10% DOS CRIMES SELECIONADOS NOS EUA (EM DÓLARES DO ANO DE ESTUDO)

Crime	Disposição a Pagar Por Família	Disposição a Pagar Por Crime Evitado
Roubo	104,00	25.000,00
Roubo a mão armada	110,00	232.000,00
Agressões sérias	121,00	70.000,00
Estupro e agressões sexuais	126,00	237.000,00
Assassinato	146,00	9.700.000,00
Total	607,00	10.264.000,00

Fonte: ARAUJO e RAMOS (2007).

Porém, também há estudos, não menos importante, que utilizam variáveis socioeconômicas para tentar explicar a criminalidade, bem como estimar reduções significativas para as taxas de criminalidade.

Neste sentido, existem trabalhos que são muito consistentes. O primeiro estudo que pode ser apresentado é o de WITTE & TAUCHEN (1994) onde eles encontram que a frequência escolar reduz a probabilidade de se cometer um crime em aproximadamente 10%, o que é um resultado muito forte. Os autores não utilizam controles de renda domiciliar *per capita*; em vez disso, utilizam-se de dados de emprego e categoria ocupacional.

Um outro trabalho que foi elaborado por GROGGER (1998) estima a probabilidade de se cometer um crime como função da renda de um indivíduo. O trabalho estima a propensão ao crime em dois estágios, sendo o primeiro uma estimação independente da renda para controlar uma possível causalidade reversa. O autor também inclui nível de instrução como variável de controle, e encontra uma redução na probabilidade de se cometer um crime se o indivíduo terminou o segundo grau. No entanto, como o efeito não é significativo, o autor argumenta que o maior impacto da educação se dá mediante seu papel de determinante da renda, e não diretamente como redutor da propensão a cometer crimes.

Já outros dois estudos efetuados por LOCHNER & MORETTI (2001) e JOHNSON, KANTOR & FISHBACK (2007) usam critérios educacionais para tentar explicar a criminalidade. O primeiro usa registros administrativos de prisões feitas pela polícia e de indivíduos que estão cumprindo pena em penitenciárias para investigar o papel da escolaridade enquanto inibidora do crime. É o estudo mais cuidadoso que relaciona esses dois fatores, e seus resultados são fortes. Segundo registros administrativos penitenciários, a probabilidade de estar cumprindo pena prisional cai de 1,6% para indivíduos sem um diploma de segundo grau para 0,4% para indivíduos com diploma superior. Já o segundo trabalho estuda as taxas de crime de várias cidades nos EUA durante a grande depressão, e chegam à conclusão de que um aumento na taxa de alfabetização de 1% reduz a taxa de crime contra propriedade em 0,6%. Os resultados para crime contra a pessoa não são significativos, mas é importante lembrar que os dados usados por eles são agregados por cidade, e, portanto, sofrem viés de agregação. A renda não é incluída

como variável explicativa, mas a taxa de emprego da cidade é incluída como indicador de atividade econômica.

1.1.2 CUSTOS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL

No Brasil, os estudos sobre custos da criminalidade são muito recentes e, por isso, existem poucos trabalhos que procuram mensurar esses custos e o impacto do mesmo no bem-estar da população e sociedade brasileira. A grande maioria desses estudos é datada do início dos anos 2000.

Um dos mais recentes que pode ser apresentado é do TEIXEIRA (2007) que faz dois estudos para a cidade de Curitiba. No primeiro o autor estima que os gastos e as perdas decorrente da criminalidade é equivalente a 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB) do município para o ano de 2002. Deste montante, a maior parte se refere a encargos públicos (encargos privados indiretos) que totalizaram 1,4% do PIB. No segundo estudo o autor estima os impactos dos homicídios e dos furtos e roubos sobre os preços de locação de imóveis. E a conclusão é que as taxas de furtos e roubos afetam de forma mais expressiva os preços de locação dos imóveis do que as taxas de homicídios.

Uma outra linha de estudo que pode ser apresentada é o de impacto da criminalidade sobre o preço de locação de apartamentos e casas. Assim, pode-se citar o trabalho de RONDON (2003), onde o mesmo estimou o impacto da taxa de criminalidade sobre os preços de locação de apartamentos residências na cidade de Belo Horizonte. Ele concluiu que uma redução pela metade da taxa de roubo a mão armada acrescenta em aproximadamente 22% o preço do aluguel. JUNIOR & LEMME (2004) estimaram o impacto do crime no preço dos imóveis na região da Tijuca no Rio de Janeiro. Eles concluíram que para cada ocorrência de crime há uma redução de 1,2% nos preços dos imóveis da região.

E ainda no caminho de estudos que tentam relacionar variáveis socioeconômicas (apresentada na subseção anterior) para explicar as taxas de criminalidades nas cidades temos o trabalho de GUTIERREZ *et al* (2004) que trabalham com um painel de estados brasileiros visando investigar a relação entre desigualdade e homicídio. Os autores incluem também a frequência à escola como variável de controle e não encontram efeitos significativos sobre a taxa de homicídios. OLIVEIRA (2005), também trabalhando com um painel de municípios e

enfocando o papel do tamanho do município, encontra efeitos significativos de frequência à escola apenas para o terceiro grau. É relevante que a variável usada em todos estes trabalhos seja a frequência à escola, e não a escolaridade da população de quinze anos ou mais.

E ainda no que se refere a trabalhos com variáveis socioeconômicas, tem-se o de MACEDO *et al* (2001) que, em uma abordagem simples e criativa, comparam taxas de morte por homicídio de grupos com capital cultural alto e baixo e capital econômico alto e baixo. Definem capital econômico como renda e capital cultural como nível de instrução. A conclusão é que o último é muito mais importante que o primeiro como determinante da taxa de homicídio. Enquanto o grupo capital cultural médio capital econômico baixo sofre de 14 mortes por cem mil habitantes, o grupo capital cultural baixo capital econômico baixo sofre com quase 35 – mais que o dobro. Ou seja, variando a escolaridade, mantendo a renda constante, tem-se um resultado brutal em termos de homicídio. O grupo capital cultural médio capital econômico alto sofre de quase 13 mortos por cem mil habitantes. Ou seja, variando a renda, mantendo a escolaridade constante, tem-se variações muito menores na probabilidade de morrer por homicídio.

Ainda na linha de trabalhos que se utilizam de variáveis socioeconômicas, SOARES (2007) mostra que um homem de 30 anos com renda *per capita* de R\$ 800 tem uma chance de 127 por 100 mil de morrer vítima de homicídio, contra 9 para uma mulher com as mesmas características. A diferença nas taxas de mortalidade entre um homem de 50 anos ou mais e outro de 21 anos também é de 127 mortos por 100 mil. Por fim, a diferença na probabilidade de morrer vítima de homicídio entre um homem com 1 a 3 anos de estudo e outro com ensino superior é de 236 por 100 mil.

E por último, alguns estudos relacionam variáveis conhecidas como demográficas (sexo, idade, entre outras) para explicar a criminalidade. Com isso, a trabalho de SOARES FILHO *et al* (2007) faz em uma análise geral da mortalidade por homicídio no Brasil. Os autores enfatizam idade, sexo e cor da pele, usando escolaridade como controle para mostrar que pretos e pardos estão mais expostos ao homicídio mesmo quando se faz o corte por nível socioeconômico. Isto de fato é demonstrado, mas novamente há um resultado muito forte que passa incólume pela

análise dos autores – quatro anos ou mais de escolaridade reduzem a probabilidade de morte violenta em até 150 por cem mil.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito neste capítulo, a criminalidade vem sendo, recentemente, estudada pela Ciência Econômica. Algumas linhas de raciocínios, como a utilização de variáveis socioeconômicas e o impacto sobre preço de imóveis e preço de locação de imóveis, são mais utilizadas em detrimento de outras.

Os raros estudos elaborados demonstram que a criminalidade compromete uma boa parte da riqueza (PIB) das nações e municípios. A criminalidade ainda impacta diretamente o preço dos imóveis e o preço de locações de imóveis (desvalorizando os mesmos) e fazendo com que a sociedade se disponha a desembolsar um montante em dinheiro cada vez maior para viver em regiões mais seguras.

Para que se possa compreender melhor as características socioeconômicas do Paraná, as quais poderão ajudar a explicar as taxas de criminalidade tanto no Estado como nos municípios paranaenses, o próximo capítulo irá apresentar uma breve descrição dessas características.

2. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ

Como observado no capítulo anterior, algumas indicadores socioeconômicos podem ser importantes para explicar e/ou mensurar os custos da criminalidade em determinadas regiões. Por isso, este capítulo irá apresentar algumas desses traços peculiares que são inerentes ao Estado do Paraná.

Para tanto, necessita-se subdividir o Paraná em regiões para uma melhor demonstração dessas peculiaridades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná é subdividido em 10 mesorregiões que se seguem: Centro Ocidental, Centro Oriental, Centro-Sul, Região Metropolitana de Curitiba (RMC – incluindo litoral e a própria cidade de Curitiba), Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Sudeste e Sudoeste.

2.1 BREVE DESCRIÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA DO PARANÁ

A transformação da economia paranaense pode ser dividida em duas fases. A primeira fase é até a década de 1970 onde o seu desenvolvimento e sua inserção na economia brasileira foram caracterizados pelos primeiros movimentos de sua colonização e que foi marcada, predominantemente, pela comercialização da erva mate, principal atividade econômica, e por um isolamento regional. Ainda dentro desta primeira fase, mas já na década de 1960, tem-se a formação dos primeiros vínculos comerciais com a economia nacional, na qual o Paraná configura-se como uma economia periférica, produzindo matérias primas, alimentos e produtos agrícolas por causa a recente industrialização do Estado de São Paulo (SERRA & DE PAULA, 2006).

A partir dos anos 1970, com a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II (modelo de desenvolvimento nacional, baseado na associação dos capitais privado, estrangeiro e nacional, e estatal), a economia paranaense começa a seguir um novo rumo. Segundo MACEDO, MEINERS & VIEIRA (2002), como consequência as economias regionais passaram a se desenvolver cada vez menos de forma autônoma e cada vez mais como resultado do processo de descentralização da produção industrial a partir de São Paulo.

2.1 DEMOGRAFIA

A expansão populacional no Paraná foi intensa durante as décadas de 1940 e 1950 e o primeiro quinquênio da década de 1960. Esta expansão foi impulsionada pela abertura de uma nova fronteira agrícola e a população saltou aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, em 1940, para quase 7 milhões em 1970. Porém, a partir de meados da década de 60 observa-se que há uma diminuição no crescimento, como conseqüência das transformações ocorridas na agricultura provocando uma grande inversão a partir dos anos 1970 com as taxas das duas décadas seguintes caindo para menos que 1% ao ano. Os anos 1970 e 1980 foram um período de intensa urbanização do Estado do Paraná, não só pela elevação da proporção de moradores urbanos, mas pelo surgimento de um centro urbano mais estruturado e qualificado economicamente.

TABELA 2.1 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA, TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO – 1940/2000

Anos	Rural	Urbana	Total	Taxa de Crescimento (% a.a.)
1940	934.004	302.272	1.236.276	-
1950	1.587.259	528.288	2.115.547	5,52%
1960	2.962.312	1.305.927	4.268.239	7,27%
1970	4.425.490	2.504.378	6.929.868	4,97%
1980	3.156.831	4.472.561	7.629.392	0,97%
1991	2.250.760	6.197.953	8.448.713	0,93%
2000	1.777.374	7.786.084	9.563.458	1,40%

Fonte: Elaboração própria com dados IBGE.

A tabela 2.2 mostra que em 2000, três mesorregiões – RMC, Norte Central e Oeste – diferenciam-se por apresentar grandes populações, graus de urbanização mais elevados e que vêm apresentando altas taxas de crescimento populacional desde os anos 1980. A essas mesorregiões soma-se a Centro Oriental, reproduzindo os padrões de urbanização e crescimento, porém com pequeno contingente populacional. As outras mesorregiões possuem populações bem menores, menos urbanizadas e apresentam uma taxa de crescimento abaixo da média do Estado e em algumas sendo até negativo.

TABELA 2.2 – POPULAÇÃO TOTAL, TAXA DE CRESCIMENTO E GRAU DE URBANIZAÇÃO POR MESORREGIÃO

Região	População Total em 2000	Taxa de Crescimento 1991/2000 (% a.a.)	Grau de Urbanização em 2000
Centro Ocidental	346.648	-1,24%	72,56
Centro Oriental	623.356	1,46%	81,22
Centro Sul	533.317	0,69%	60,85
RMC	3.053.313	3,13%	90,56
Noroeste	641.084	-0,25%	77,26
Norte Central	1.829.068	1,24%	88,44
Norte Pioneiro	548.190	-0,15%	75,10
Oeste	1.138.582	1,28%	81,61
Sudeste	377.274	0,89%	53,55
Sudoeste	472.626	-0,13%	59,88
Paraná	9.563.458	1,40%	81,41

Fonte: Elaboração Própria com dados do IBGE.

As mudanças estruturais na economia do Estado do Paraná e as profundas modificações nas relações de trabalho e na estrutura agrária acabaram resultando em grandes fluxos migratórios em direção às fronteiras regionais, internas e externas ao Estado, cujo auge ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. E mais recentemente esses fluxos vêm desenvolvendo movimentos de curta distância, tendo a RMC como principal destino. A partir dos anos 1990, a esse processo de urbanização soma-se o componente da competitividade pela inserção na economia internacional, no qual a RMC se destaca como ponto privilegiado de investimentos do Estado. A parcela da população paranaense residindo na RMC passou de 24,4%, em 1991, para 28,5% em 2000.

Segundo relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2000), a década de 1990 aponta para a continuidade do esvaziamento rural e da concentração urbana. Em 1991, são 22 os centros com população urbana superior a 50 mil habitantes, formando extensões de alta densidade, em sua maioria compondo aglomerações que se reforçam com crescimento elevado dos municípios periféricos.

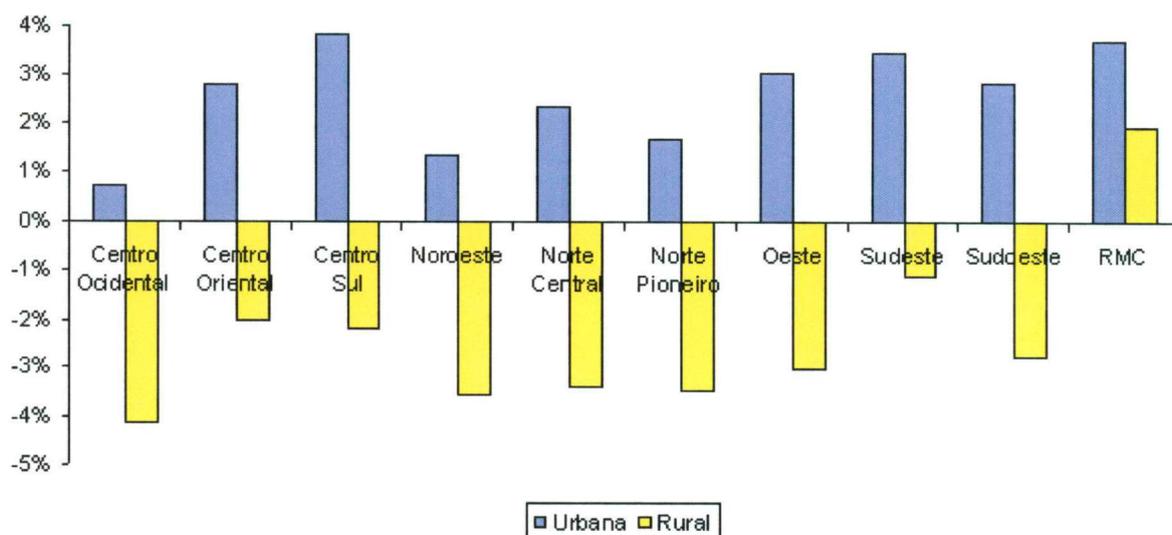


GRÁFICO 2.1 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÃO – 1991/2000 (% a.a.)

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Analisando tanto as tabelas quanto o gráfico acima se percebe, nos últimos anos, a migração da população do campo para as cidades. E isso acaba gerando uma alta concentração urbana nas mesorregiões do Paraná.

2.2 EDUCAÇÃO

Na área de educacional, o Paraná vem apresentando melhorias nos últimos anos. Para melhor ilustrar (ver tabela 2.3), pode-se citar tanto a taxa de analfabetismo quanto o percentual de crianças, adolescentes e jovens freqüentando as escolas. A taxa de analfabetismo em crianças entre 7 e 14 anos passou de 9,9 em 1991 para 3,8 em 2000. Isto representa uma redução de 38,38%. Entre os jovens de 18 a 24 a redução é ainda maior – cerca de 41% - passando de 4,9 em 1991 para 2,0 em 2000. E ainda sobre a tabela 2.3, pode-se destacar a diminuição de parte da população adulta (com mais de 25 anos) com menos de 8 anos de estudo, ou melhor, o aumento do número de adultos com mais de 8 anos de estudo. Isto significa que o desenvolvimento humano e o conhecimento que a educação propicia a sociedade está chegando a mais pessoas.

TABELA 2.3 – NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM, 1991 E 2000

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	9,9	3,8	-	-	-	-	83,6	95,6
10 a 14	4,1	1,3	48,2	29,7	-	-	81,3	94,7
15 a 17	3,6	1,2	17,9	7,3	75,3	40,3	49,0	73,1
18 a 24	4,9	2,0	18,1	9,0	59,7	36,1	-	-
25 ou mais	18,6	11,7	43,4	31,0	74,2	63,4	-	-

Fonte: PNUD, 2003

Agora pode-se analisar a dinâmica da educação dentro dos municípios do Paraná ao analisar a tabela 2.4. Verificar que a distância entre a melhor cidade com menor índice de analfabetismo entre jovens de 18 a 24 anos é muito grande. A melhor cidade é a de Maringá, situada na mesorregião Norte Central, com um percentual de 0,32% enquanto a pior cidade é a de Tunas do Paraná com 16,33% e que fica situada na mesorregião RMC. A mesorregião com a maior quantidade de municípios com menor taxa de analfabetismo entre jovens de 18 a 24 anos em 2000 é Norte Central com 5 cidades e a mesorregião com o maior número de municípios com as maiores taxas de analfabetismo é a RMC.

TABELA 2.4 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM PERCENTUAL DE PESSOAS DE 18 A 24 ANOS ANALFABETAS EM 2000

10 Melhores Municípios	Analfabetismo (%)	10 Piores Municípios	Analfabetismo (%)
Maringá	0,32	Tunas do Paraná	16,33
Serranópolis do Iguaçu	0,35	Diamante do Sul	13,15
Entre Rios do Oeste	0,36	Laranjal	10,30
Jussara	0,42	Ortigueira	9,91
Sarandi	0,45	Rio Branco do Ivaí	9,63
Araucária	0,52	Cerro Azul	9,56
Medianeira	0,53	Doutor Ulysses	9,28
Quatro Pontes	0,55	Guaraqueçaba	8,94
Rolândia	0,73	São Jerônimo da Serra	8,05
Cambé	0,76	Adrianópolis	7,98

Fonte: PNUD, 2003

A tabela 2.5 demonstra dados a respeito da escolaridade e analfabetismo nas mesorregiões do Paraná. O número de pessoas não alfabetizadas, na média do Estado, atinge 8,6%, chegando a 14% nas mesorregiões do Centro Ocidental e do Norte Pioneiro. E as únicas mesorregiões a figurarem abaixo da média do Estado são as da RMC, Sudeste e Oeste. Segundo o IPARDES (2000) “é importante lembrar que o analfabetismo está vinculado principalmente à população com idade mais avançada, atingindo 9,8% do grupo de 40 a 49 anos e 25,3% do grupo de 50 anos e mais de idade”.

TABELA 2.5 – TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, E ANALFABETISMO, SEGUNDO MESORREGIÃO – 2000

Região	Total de Domicílios	Anos de estudo do responsável pelo domicílio		População residente de 10 anos de idades	
		Até 3 anos e sem instrução (%)	11 anos e mais (%)	Não alfabetizada	Taxa de analfabetismo
Centro Ocidental	96 822	43,34	14,89	39.459	13,99
Centro Oriental	170 627	33,75	19,51	44.452	8,99
Centro Sul	134 556	40,74	11,94	47.913	11,67
RMC	864 853	20,91	31,72	124.254	5,01
Noroeste	182 354	41,06	16,32	67.922	12,87
Norte Central	519 428	31,71	23,68	141.931	9,38
Norte Pioneiro	154 347	43,13	16,37	63.142	14,09
Oeste	313 154	29,48	21,04	75.849	8,28
Sudeste	98 904	35,93	11,52	22.375	7,47
Sudoeste	129 231	33,08	14,55	37.416	9,81
Paraná	2 664 276	30,48	22,98	664.713	8,57

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2002, IPARDES - Tabulações Especiais

Ao analisar os dados das tabelas acima note-se que apesar dos esforços de todas as esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) para correção e melhoria do ensino, para algumas regiões e grupos populacionais há a necessidade de programas mais efetivos.

2.3 NÍVEL DE RENDA

A renda *per capita* no Estado do Paraná cresceu 42,03%, passando de R\$226,29 em 1991 para R\$321,39 em 2000. A pobreza – medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50 – diminuiu 32,02% passando de 34,9% em 1991 para 23,7% em 2000. E a desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* – medida pelo índice de Gini – ficou praticamente estável passando de 0,60 em 1991 para 0,61 em 2000.

TABELA 2.6 – INDICADORES DE RENDA E DESIGUALDADE – 2000 (EM R\$ 2000)

Região	Renda <i>per capita</i>	Índice de Gini
Centro Ocidental	R\$ 205,20	0,58
Centro Oriental	R\$ 267,90	0,61
Centro Sul	R\$ 206,27	0,63
RMC	R\$ 439,67	0,61
Noroeste	R\$ 236,80	0,56
Norte Central	R\$ 323,44	0,62
Norte Pioneiro	R\$ 215,68	0,58
Oeste	R\$ 294,84	0,57
Sudeste	R\$ 191,22	0,64
Sudoeste	R\$ 244,37	0,58
Paraná	R\$ 321,39	0,61

Fonte: Elaboração própria com da PNUD, 2003

A renda *per capita* do Brasil em 1991 era de R\$ 230,30. A tabela 2.7 apresenta os melhores e os piores municípios em relação a renda *per capita* em 1991. Dentre os municípios do Estado do Paraná com a melhor situação era Curitiba com um valor de R\$451,00 e o município com a pior situação era Santa Maria do Oeste com uma renda *per capita* de R\$53,58. A região do Estado do Paraná com maior representatividade dentre as mesorregiões com maior renda *per capita* é a Norte Central com quatro municípios (Londrina, Maringá, Ivatuba e Sertanópolis) seguido do Oeste com três (Cafelândia, Foz do Iguaçu e Cascavel). E a região com a maior representatividade com os municípios com a menor renda *per capita* é o Centro Sul com cinco cidades (Santa Maria do Oeste, Marquinho, Mato Rico,

Goioxim e Nova Laranjeiras) seguida do Sudoeste paranaense com dois municípios (Manfrinópolis e Flor da Serra do Sul).

TABELA 2.7 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM RENDA PER CAPITA EM 1991

10 Melhores Municípios	Renda <i>per capita</i>	10 Piores Municípios	Renda <i>per capita</i>
Curitiba	R\$ 451,00	Santa Maria do Oeste	R\$ 53,58
Londrina	R\$ 330,87	Marquinho	R\$ 57,88
Maringá	R\$ 327,08	Manfrinópolis	R\$ 58,97
Cafelândia	R\$ 292,84	Mato Rico	R\$ 61,61
Foz do Iguaçu	R\$ 289,61	Corumbataí do Sul	R\$ 65,13
Ivatuba	R\$ 282,96	Goioxim	R\$ 65,28
Cascavel	R\$ 266,52	Flor da Serra do Sul	R\$ 65,34
Sertanópolis	R\$ 265,57	Nova Laranjeiras	R\$ 66,00
Pato Branco	R\$ 265,41	Rio Branco do Ivaí	R\$ 66,03
São Carlos do Ivaí	R\$ 257,64	Diamante d'Oeste	R\$ 67,53

Fonte: PNUD, 2003

Já a tabela 2.8 mostra os melhores e os piores municípios em relação a renda *per capita* em 2000. Neste ano, a renda *per capita* do Brasil era de R\$ 297,23. Dentre os municípios do Estado do Paraná com a melhor situação continua sendo Curitiba com uma renda *per capita* de R\$619,82 e o município com a pior situação agora é o de Doutor Ulysses com uma renda *per capita* de R\$86,00. E a mesorregião do Oeste paranaense é a com maior número de municípios entre os dez com maiores renda *per capita* com 6 cidades (Palotina, Mercedes, Assis Chateaubriand, Cascavel, Marechal Cândido do Rondon e Entre Rios do Oeste). E a região com a maior representatividade com os municípios com a menor renda *per capita* continua sendo o Centro Sul com quatro cidades (Santa Maria do Oeste, Mato Rico, Laranjal e Coronel Domingos Soares).

TABELA 2.8 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM RENDA PER CAPITA EM 2000

10 Melhores Municípios	Renda <i>per capita</i>	10 Piores Municípios	Renda <i>per capita</i>
Curitiba	R\$ 619,82	Doutor Ulysses	R\$ 86,00
Maringá	R\$ 465,37	Santa Maria do Oeste	R\$ 99,21
Londrina	R\$ 439,35	Mato Rico	R\$ 103,89
Pato Branco	R\$ 367,00	Laranjal	R\$ 105,86
Palotina	R\$ 360,61	Guaraqueçaba	R\$ 107,13
Mercedes	R\$ 349,05	Coronel Domingos Soares	R\$ 107,81
Assis Chateaubriand	R\$ 347,60	Cândido de Abreu	R\$ 108,75
Cascavel	R\$ 347,01	Rio Branco do Ivaí	R\$ 109,45
Marechal Cândido do Rondon	R\$ 341,71	Bom Jesus do Sul	R\$ 110,78
Entre Rios do Oeste	R\$ 337,95	Guamiranga	R\$ 115,00

Fonte: PNUD, 2003

A tabelas expostas acima demonstram que apesar do Estado do Paraná possuir números melhores que boa parte do Brasil, ainda assim existem regiões e cidades dentro do Estado que possuem muita desigualdade, pobre e uma renda *per capita* muito baixíssima.

2.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado no início da década de 1990 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, é uma contribuição para avaliar o bem-estar de uma população, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

- a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população que é medida pela esperança de vida ao nascer;
- a educação que é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior; e
- a renda que é medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre

países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC);

Em 1991 (ver tabela 2.9), o município paranaense que apresentava o melhor IDH era Curitiba, a capital do Estado, com um IDH de 0,799 e era seguida por Londrina e Maringá com índice de 0,766 e 0,762, respectivamente. Na parte de baixo da tabela aparecem Ortigueira e Mato Rico com índice de 0,528 e 0,543, respectivamente.

TABELA 2.9 – OS 5 MELHORES E OS 5 PIORES MUNICÍPIOS EM IDH-M EM 1991

5 Melhores Municípios	IDH-M	5 Piores Municípios	IDH-M
Curitiba	0,799	Ortigueira	0,528
Londrina	0,766	Mato Rico	0,543
Maringá	0,762	Laranjal	0,544
Marechal Cândido do Rondon	0,758	Santa Maria do Oeste	0,546
Entre Rios do Oeste	0,755	Doutor Ulysses	0,546

Fonte: PNUD, 2003

A lista de municípios entre os melhores e os piores para o ano de 2000 não sofreu grandes modificações (ver tabela 2.10). Na ponta de cima da tabela, onde houve mais alterações, a cidade de Curitiba continua como primeira com um IDH de 0,856. Na ponta de baixo, onde houve quase nenhuma alteração, o município de Ortigueira continua sendo a pior cidade Ortigueira com um IDH de 0,620 e é seguida por Doutor Ulysses e Mato Rico.

TABELA 2.10 – OS 5 MELHORES E OS 5 PIORES MUNICÍPIOS EM IDH-M EM 2000

5 Melhores Municípios	IDH-M	5 Piores Municípios	IDH-M
Curitiba	0,856	Ortigueira	0,620
Quatro Pontes	0,851	Doutor Ulysses	0,627
Pato Branco	0,849	Mato Rico	0,640
Entre Rios do Oeste	0,847	Imbaú	0,646
Maripá	0,845	Reserva	0,646

Fonte: PNUD, 2003

As tabelas acima mostram que apesar de não haver muitas alterações na lista que compõem as 5 melhores nem as 5 piores cidades em relação ao IDH, o índice apresentou uma ligeira melhora tanto para as melhores quanto para as piores cidades.

2.5 INTENSIDADE DA POBREZA

A intensidade da pobreza é a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior à R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

Em 2000, a intensidade da pobreza do Brasil era de 49,68 e do Estado do Paraná era de 42,32. A tabela 2.11 mostra que dentre os municípios paranaense, com o pior valor era de Godoy Moreira (localizado no Norte Central) com um valor de 62,85, em penúltimo lugar estava Diamante do Sul (Oeste) com um valor de 60,57 e em antepenúltimo aparecia o município de Nova Laranjeiras (Centro Sul) com um valor de 60,29. O município de Quatro Ponte (Oeste), com um valor de 26,47, era a primeira colocada, ou seja, a cidade com uma menor intensidade da pobreza. Em segundo lugar aparecia a cidade de Japurá (Noroeste) com um valor de 28,20 e em terceiro lugar estava o município de Santo Inácio com um valor de 28,71.

TABELA 2.11 – OS 10 MELHORES E OS 10 PIORES MUNICÍPIOS EM INTENSIDADE DA POBREZA EM 2000

10 Melhores Municípios	Intensidade da Pobreza	10 Piores Municípios	Intensidade da Pobreza
Quatro Pontes	26,47	Godoy Moreira	62,85
Japurá	28,20	Diamante do Sul	60,57
Santo Inácio	28,71	Nova Laranjeiras	60,29
São Carlos do Ivaí	28,92	Adrianópolis	58,81
Floraí	29,37	Jardim Alegre	58,13
Santa Fé	29,58	Doutor Ulysses	56,87
Cambará	29,81	Mato Rico	56,65
Floresta	30,23	Cerro Azul	55,95
Jaguapitã	30,57	Marquinho	55,63
Sertanópolis	30,73	Goioxim	55,33

Fonte: PNUD, 2003

Esta subseção demonstra que a mesorregião Norte Central, com cinco cidades, é onde localiza-se o maior número de municípios entre os 10 melhores no índice de intensidade da pobreza. Do outro lado, o Centro Sul, com 4 cidades, é a mesorregião onde há o maior número de municípios entre os 10 com os piores índices – apesar de Nova Laranjeiras aparecer entre os 3 melhores municípios.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as características sociais e econômicas que poderiam ser descritas e utilizadas para demonstrar a transformação ocorrida no Paraná e explicar a criminalidade no Estado. Porém, os dados estatísticos e os institutos que disponibilizam esses dados, no Brasil, são de certa forma recentes e por isso algumas informações não estão disponíveis e/ou não são de fácil acesso.

Portanto, este capítulo buscou apresentar e descrever algumas características socioeconômicas do Paraná e das suas mesorregiões bem como dos seus municípios que podem ser utilizadas na explicação e na mensuração da criminalidade e da sua evolução no Estado.

Já o próximo capítulo visa expor as taxas de homicídios nos municípios paranaenses, suas variações e os determinantes da criminalidade entre os anos de 1992 e 2002.

3. A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSE DE 1992 E 2002

3.1 A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO PARANÁ

Nas últimas décadas a criminalidade vem aumentando de forma expressiva no Brasil e vêm fazendo com que a sociedade e, principalmente, o setor público (municípios, Estados e União) tratem essas questões com mais cautela e prudência. Esse aumento da criminalidade acaba tornando-se um empecilho para o desenvolvimento econômico de países e regiões porque muitos recursos que poderiam (e deveriam) ser alocados para saúde e educação, por exemplo, são gastos com segurança pública.

No Estado do Paraná a taxa de criminalidade vem crescendo numa velocidade maior do que a do Brasil (ver gráfico 3.1). A taxa de homicídio brasileira de 1992 para 2002 passou de 19,1 para 28,5 (crescimento de quase 50%), enquanto a taxa de homicídio paranaense passou de 12,8 para 22,7 (um salto de 70%).

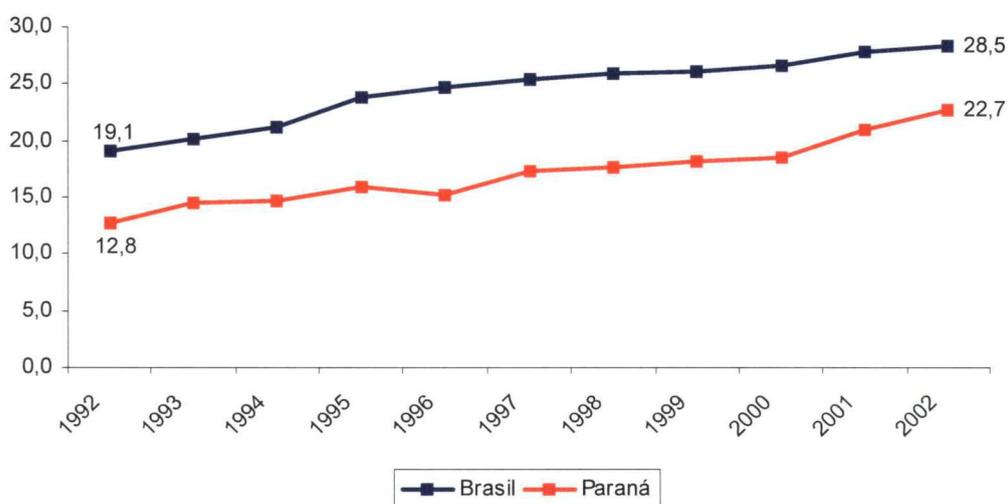


GRÁFICO 3.1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO (POR CEM MIL HABITANTES) NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Podemos analisar, também, o crescimento da criminalidade nas regiões do Estado do Paraná. Ao analisar as regiões isoladamente, os dados mostram que a região que apresentava a maior taxa de homicídio em 1992 era a região Centro-Sul com uma taxa de 24,31 seguida da região Centro Ocidental com uma taxa de 19,64. Já na parte de baixo da tabelas encontrava-se as regiões Norte Pioneiro, taxa de

6,51, e a região Norte Central com taxa de 7,86. Já em 2002 a região que ocupava a primeira posição é a região Oeste com uma taxa de homicídio de 37,19. Enquanto na última posição continua a região Norte Pioneiro. Porém, analisando o crescimento da taxa entre as regiões, a região Norte Central foi a região que apresentou o maior crescimento na taxa de homicídio de 1992 para 2002 passando de 7,86 para 18,30. Isto representa um crescimento de aproximadamente 132%. Na segunda posição aparece a região Oeste que de 1992 para 2002 apresentou crescimento de 107,93%. Na contramão, aparece a região Sudoeste onde a taxa de criminalidade teve um decréscimo de 18%, ou seja, passou de uma taxa de criminalidade de 12,16 em 1992 para 9,97 em 2002.

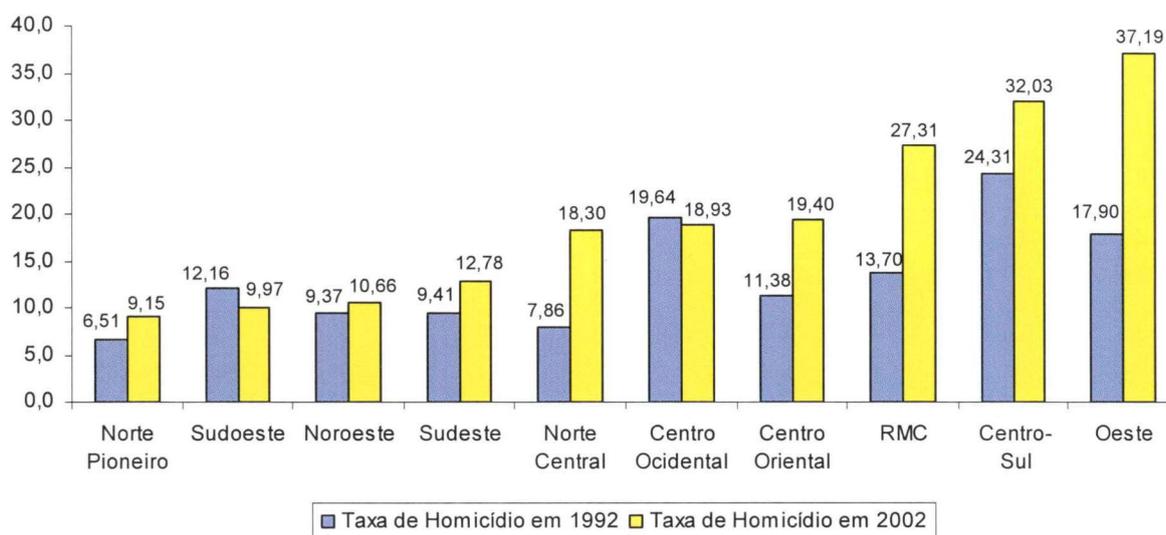


GRÁFICO 3.2 – TAXA DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES EM 1992 E 2002

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Outro ponto que pode ser analisado olhando a tabela 3.1 é que em 1992 apenas 3 mesorregiões (Centro Oriental, Centro Sul e Noroeste) das 10 respondiam por aproximadamente 46% dos homicídios do Estado do Paraná. Já em 2002, 4 mesorregiões (Centro Sul, RMC, Norte Central e Oeste) já representavam 67,35% dos homicídios no Estado. As duas regiões com maior representatividade eram regiões Noroeste e Centro Sul com 10 cidades cada uma. Isso representava quase 33% do total que era de 61 municípios. Pode-se também observar que nesses 10 anos, a região Noroeste obteve uma significativa redução no número de cidades que

aparecem na listagem de municípios violentos. Ela saiu de um número de 10 cidades em 1992, que representava 16,39% dos municípios, para 6 cidades em 2002 – 4,08% do total de 98 cidades com taxa de homicídio superior a 20 por cem mil habitantes, desse jeito deixando a lista das regiões mais violentas do Estado. No caminho oposto aparece a região Norte Central que em 2002 colocou nessa lista 20 cidades o que representa 20,41% do total de 98 cidades. E outro dado que pode ser extraído da tabela 3.1 é que o número de cidades violentas no Estado do Paraná vem aumentando sistematicamente e em apenas 10 anos este número cresceu 60%, passando de 61 em 1992 para 98 em 2002. Isto representa um quarto das 399 cidades que o Estado possui.

TABELA 3.1 – MUNICÍPIOS COM TAXA DE HOMICÍDIOS SUPERIOR A 20 POR 100 MIL HABITANTES EM 1992 E 2002

Região	Nº Municípios em 1992	% Municípios	Nº Municípios em 2002	% Municípios
Centro Ocidental	8	13,11%	9	9,18%
Centro Oriental	0	0,00%	3	3,06%
Centro Sul	10	16,39%	19	19,39%
RMC	6	9,84%	12	12,24%
Noroeste	10	16,39%	4	4,08%
Norte Central	6	9,84%	20	20,41%
Norte Pioneiro	2	3,28%	7	7,14%
Oeste	7	11,48%	15	15,31%
Sudeste	5	8,19%	5	5,10%
Sudoeste	7	11,48%	4	4,08%
Total	61	100%	98	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Segundo RESENDE *et al* (2007), para os municípios brasileiros, as maiores taxas de homicídios estão localizadas nas regiões metropolitanas das grandes cidades. Essa característica para o Estado do Paraná não pode ser observado. As mesorregiões foram divididas em microrregiões (ver anexos) e de todas as cidades que foram consideradas as principais dessas microrregiões, em apenas 2 encontrar-se as piores taxa de homicídios: Campo Mourão (209º) e Foz do Iguaçu (230º). E outras 4 das principais cidades estão classificadas com as melhores e são elas: Ibaiti (1º), Apucarana (3º), São Mateus do Sul (4º) e Capanema (6º). A tabela 4.2

apresenta a melhor e a pior cidade classificada de acordo com a taxa de homicídio apresentada. Entre essas cidades destaca-se, positivamente, a cidade da Ibaiti com uma taxa de homicídio de 3,77. Coincidentemente, ou não, localizada na mesorregião do Norte Pioneiro que tanto em 1992 como em 2002 foi a região que apresentou a menor taxa de homicídios entre as 10 mesorregiões do Estado Paraná. Já negativamente, destaca-se a cidade de Foz do Iguaçu como sendo a pior cidade no índice de criminalidade. Foz do Iguaçu localiza-se na região Oeste que em 1992 ocupava a terceira posição e em 2002 passou a ocupar a primeira com a maior taxa de homicídio do Estado.

TABELA 3.2 – O MUNICÍPIO MELHOR E O PIOR CLASSIFICADO DE CADA REGIÃO DO ESTADO DO PARANÁ EM 2002

Região	Classificação Paraná	Município	Taxa Homicídio em 2002	Classificação	Município	Taxa Homicídio em 2002
Centro Ocidental	18º	Engenheiro Beltrão	7,16	209º	Campo Mourão	37,03
Centro Oriental	2º	Piraí do Sul	4,52	202º	Reserva	33,37
Centro Sul	86º	Santa Maria do Oeste	14,63	228º	Rio Bonito do Iguaçu	77,11
RMC	13º	Quitandinha	6,47	224º	Piraquara	58,81
Noroeste	5º	Altônia	5,52	219º	Guairaçá	50,26
Norte Central	3º	Apucarana	4,52	227º	Ivatuba	69,98
Norte Pioneiro	1º	Ibaiti	3,77	205º	São Jerônimo da Serra	35,00
Oeste	12º	Terra Roxa	6,43	230º	Foz do Iguaçu	97,09
Sudeste	4º	São Mateus do Sul	5,36	229º	Ivaí	83,39
Sudoeste	6º	Capanema	5,56	156º	Cruzeiro do Iguaçu	21,38

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

A tabela 3.3 mostra os municípios do Estado do Paraná que tiveram as maiores quedas e os maiores aumentos de criminalidade. Percebe-se que entre as cidades que tiveram as maiores quedas na taxa de homicídios a que mais se destaca positivamente é a cidade de Alto Piquiri, no Noroeste do Paraná, que apresentava em 1992 uma taxa de 48,32 e em 2002 a taxa caiu para 9,64 por cem mil habitantes, ou seja, uma variação negativa de 80%. A segunda cidade que se destaca em termos de variação negativa na criminalidade é a de Cruz Machado localizada no Sudeste. Em 1992 ela apresentava uma taxa de 24,05 e passou em 2002 para 5,59, uma variação negativa de 77%. Porém, por outro lado pode-se mostrar as duas cidades que se destacaram negativamente neste quesito. Em segundo lugar está a cidade de Ivaí, no Sudeste do Paraná, que em 1992 tinha uma criminalidade 8,71 e já em 2002 pulou para 83,39 por cem mil habitantes, ou seja, uma variação positiva de 857%. O município campeão neste quesito foi o de Nova Tebas, no Norte Central, com uma variação positiva de 993%. Em 1992, Nova Tebas tinha uma taxa de homicídio de 5,89 e saltou para 64,36 por cem mil habitantes em 2002.

TABELA 3.3 – O MUNICÍPIO COM A MAIOR E A MENOR VARIAÇÃO DE 1992 PARA 2002 DE CADA REGIÃO

Região	Município	Taxa Homicídio em 1992	Taxa Homicídio em 2002	Variação	Município	Taxa Homicídio 1992	Taxa Homicídio 2002	Variação
Centro Ocidental	Peabiru	28,48	7,50	-73,68%	Barbosa Ferraz	5,64	15,14	168,33%
Centro Oriental	Tibagi	12,06	10,61	-12,09%	Reserva	8,06	33,37	313,76%
Centro Sul	Pitanga	40,33	22,57	-44,04%	Inácio Martins	7,59	48,21	535,18%
RMC	Balsa Nova	25,85	9,34	-63,86%	Araucária	6,21	29,67	377,91%
Noroeste	Alto Piquiri	48,32	9,64	-80,05%	Nova Londrina	7,74	15,12	95,43%
Norte Central	Apucarana	11,44	4,52	-60,45%	Nova Tebas	5,89	64,36	993,51%
Norte Pioneiro	Assai	14,85	5,69	-61,65%	Cambará	4,64	21,70	367,36%
Oeste	São Miguel do Iguaçu	19,03	7,92	-58,38%	Guaraniaçu	9,45	55,22	484,13%
Sudeste	Cruz Machado	24,05	5,59	-76,76%	Ivaí	8,71	83,39	857,30%
Sudoeste	São João	29,85	9,35	-68,66%	Barracão	7,11	21,78	206,32%

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

O gráfico 3.3 apresenta os 10 municípios com as menores taxa de homicídio no Estado do Paraná. O município com a menor taxa de homicídio é a de Ibaiti, localizada no Norte Pioneiro, em segundo lugar está a cidade de Piraí do Sul, localizada no Centro Oriental, seguida de Apucarana, localizada no Norte Central. Apenas três regiões não possuem municípios entre os com as menores taxas de homicídios: Centro Ocidental, Centro Sul e Oeste.

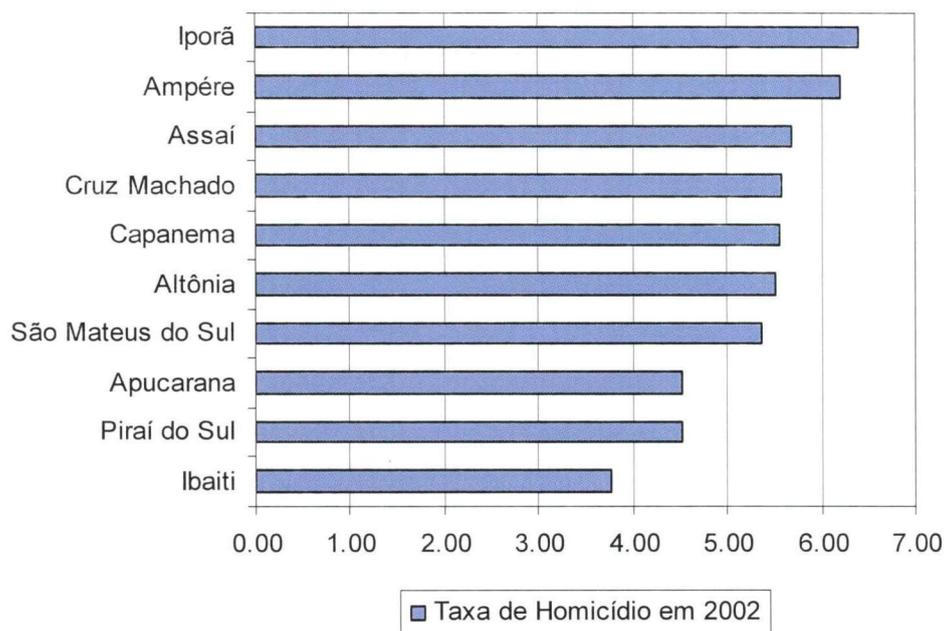


GRÁFICO 3.3 – OS 10 MELHORES MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS EM 2002

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

O gráfico 3.4 apresenta os 10 municípios com as maiores taxa de homicídio no Estado do Paraná. O município com a maior taxa de homicídio é a de Foz do Iguaçu, localizada no Oeste paranaense, em segundo lugar está a cidade de Ivaí, localizada no Sudeste, seguida de Rio Bonito do Iguaçu, localizada no Centro Sul. Apenas cinco regiões concentram as 10 piores cidades: Centro Sul, Norte Central, RMC, Oeste e Sudeste.

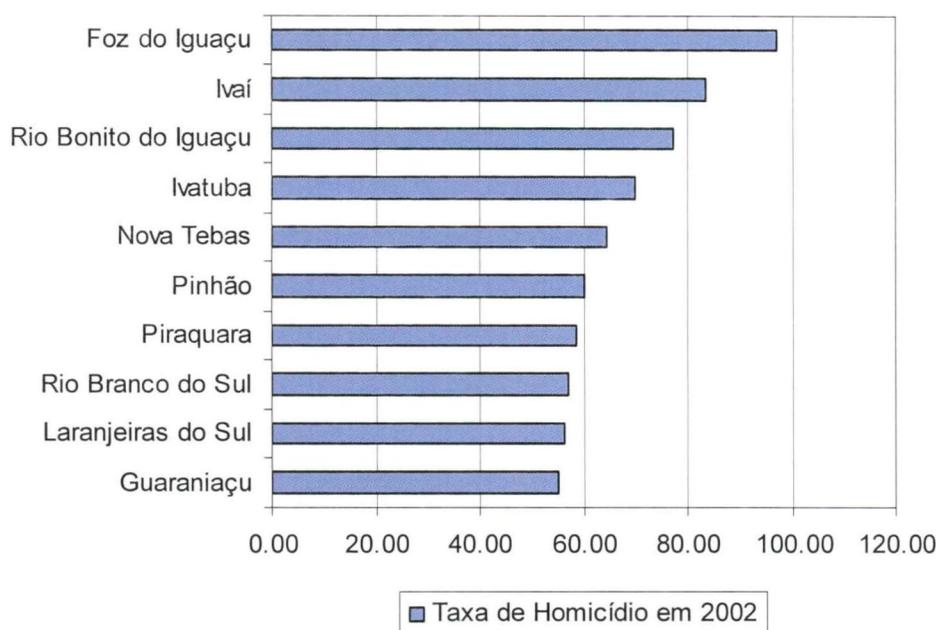


GRÁFICO 3.4 – OS 10 PIORES MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS EM 2002

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Como foi verificado neste capítulo, cinco regiões (Centro Sul, Norte Central, RMC, Oeste e Sudeste) abrigam as 10 cidades com os piores índices de homicídios e dentre essas, quatro regiões (Centro Sul, Norte Central, RMC e Oeste) respondem por mais de 65% dos homicídios no Estado do Paraná.

A última subseção tratará do modelo econométrico que tentará explicar a variação da taxa de homicídio através de variáveis socioeconômicas.

3.2 DETERMINANTES DA VARIAÇÃO NAS TAXAS DE HOMICÍDIO NO PARANÁ

Neste capítulo desenvolve-se um exercício econométrico com a finalidade de testar a hipótese de as variações das taxas de homicídio estão ligadas a uma série de variáveis socioeconômicas.

3.2.1 METODOLOGIA

Esta subseção descreve o método econométrico que será utilizado para estimar os parâmetros da equação que tentará explicar as variações das taxas de homicídios dos municípios dos Estado do Paraná, variável dependente, e as variáveis socioeconômicas pré-estabelecidas, variáveis independentes.

Para estimação do modelo será utilizado o software estatístico SAS[®] e o método empregado neste estudo será dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e

serão feitos o teste de Durbin-Watson (DW) para identificar a existência de autocorrelação dos resíduos e o teste de White para verificar a presença de heterocedasticidade.

Este trabalho seguirá os seguintes passos para estimação dos parâmetros:

- 1) estimar via MQO o modelo $Y = \alpha_0 + \alpha_1 X_1 + \alpha_2 X_2 + \dots + \varepsilon$;
- 2) testar a hipótese nula de ausência de autocorrelação dos resíduos (teste de DW);
- 3) se o teste de DW for não significativo, a estimação do primeiro passo poderá ser utilizada como especificação final se a mesma também passar no teste de multicolinearidade e heterocedasticidade;
- 4) testar a hipótese nula de ausência de multicolinearidade;
- 5) se o teste for não significativo, a estimação do primeiro passo poderá ser utilizada como especificação final se a mesma também passar no teste de heterocedasticidade;
- 6) testar a hipótese nula de não existência de heterocedasticidade no modelo proposto;
- 7) se o teste de White for não significativo, a estimação do primeiro passo será utilizada como especificação final;

Por meio dessa metodologia e destes passos poder-se-á dizer se o modelo econométrico estimado será apropriado para analisar quais variáveis socioeconômicas explicará as variações das taxas de homicídios nas cidades paranaenses.

3.2.2 RESULTADOS

Neste item, serão apresentados e discutidos os resultados da estimação econométrica sugerida na subseção anterior. Como dito anteriormente, o objetivo é verificar como características socioeconômicas afetam as variações nas taxas de homicídio nos municípios paranaenses.

Para esse estudo utiliza-se como variável dependente o logaritmo da taxa de homicídio de 2002 para cada um dos 399 municípios do Estado do Paraná e as variáveis explicativas foram obtidas no Ipeadata e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: i) taxa de homicídio em 1992; ii) proporção da população em área

urbana; iii) proporção de jovens na população (15 a 24 anos); iv) renda *per capita*; v) percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos analfabetos; vi) percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos na escola; vii) percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos com menos de quatro anos de estudo; viii) percentual de jovens entre 18 e 24 anos analfabetos; ix) percentual de jovens entre 18 e 24 anos com menos de quatro anos de estudo; x) percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada; xi) IDH-M; xii) índice de Gini; xiii) intensidade da pobreza. Todas as variáveis explicativas, com exceção da taxa de homicídio em 1992, são correspondente ao ano de 2000.

Também foram incluídas variáveis *dummy* referente a cada mesorregião do Estado do Paraná no intuito de identificar diferenças regionais. Para evitar a multicolinearidade perfeita a variável *dummy* referente a mesorregião da RMC foi excluída.

Estimou-se o modelo utilizando o método MQO e o primeiro teste feito foi para verificar a existência de autocorrelação dos resíduos. Para isso, foi utilizado o teste de Durbin-Watson que apresentou um valor crítico $d = 2,211$ para uma amostra de 150 municípios, com 22 variáveis explicativas e com 127 graus de liberdade. O valor crítico d encontrado está numa área inconclusiva a respeito da autocorrelação. Por este motivo, o teste de Breusch-Godfrey (BG) foi realizado e ele apontou a ausência de autocorrelação. Portanto, aceita-se a hipótese nula, ou seja, a hipótese de ausência de autocorrelação. O terceiro teste efetuado foi o teste de multicolinearidade, e o teste não foi significativo o que leva a ausência de multicolinearidade. O último teste foi o de White para a verificação de existência ou não de heterocedasticidade. O resultado para esse teste foi não significativo e, por isso, também aceita-se a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade e a estimação poderá ser usada como especificação final. Lembrando que para descrito todos os testes descritos acima foram utilizado o intervalo de 95% de confiança.

A tabela 3.4 evidencia a estimação do modelo via MQO. E segundo este método, as *dummies* que representam todas as mesorregiões do Paraná não foram significativas a 10%. Isto mostra que não existem diferenças nas variações das taxas de homicídio entre as regiões do estado. Verifica-se que seis, que buscam mostrar os determinantes socioeconômicos das variáveis da criminalidade no Paraná, foram estatisticamente significativas a 10% de significância: taxa de homicídio em 1992,

proporção da população em área urbana, proporção de jovens na população, percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos com menos de quatro anos de estudo, percentual de jovens entre 18 e 24 anos analfabetos e intensidade da pobreza. E as variáveis que não foram estatisticamente significativas foram: renda *per capita*, percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos analfabetos, percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos na escola, percentual de jovens entre 18 e 24 anos com menos de quatro anos de estudo, percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, IDH-M e o índice de Gini.

TABELA 3.4 – ESTIMATIVAS DOS DETERMINANTES DAS VARIAÇÕES NAS TAXAS DE HOMICÍDIOS

Modelo MQO			
Variável dependente	log(Tx. Homicídio 2002)		
Variáveis	Coefficientes	Desvio-padrão	p-valor
Intercepto	-1,53955	2,73443	0,5744
log(Tx. Homicídio 1992)	0,35877	0,07868	0,0000
Log(renda <i>per capita</i>)	0,25281	0,52874	0,6334
Proporção população urbana	0,01055	0,00433	0,0162
Proporção de jovens	0,10427	0,06965	0,0869
%_15_17_analfabetas	-0,06221	0,05785	0,2843
%_15_17_na_escola	-0,00299	0,01067	0,7796
%_15_17_menos_quatro_anos_estudo	0,04187	0,02101	0,0484
%_18_24_analfabetas	0,12347	0,05177	0,0186
%_18_24_menos_quatro_anos_estudo	-0,04164	0,02655	0,1192
%_pessoas_domicilios_com_água_encanada	0,01978	0,01328	0,1389
IDH-M	-4,18877	3,38505	0,2182
Índice de Gini	-2,52855	1,63129	0,1236
Intensidade da Pobreza	0,05221	0,01558	0,0011
<i>Dummy</i> Centro Ocidental	-0,24311	0,2522	0,3369
<i>Dummy</i> Centro Oriental	0,09595	0,23052	0,6779
<i>Dummy</i> Centro Sul	0,20928	0,23985	0,3845
<i>Dummy</i> Noroeste	-0,10442	0,23445	0,6568
<i>Dummy</i> Norte Central	-0,0316	0,19559	0,8719
<i>Dummy</i> Norte Pioneiro	0,03595	0,24383	0,8830
<i>Dummy</i> Oeste	0,0756	0,2015	0,7081
<i>Dummy</i> Sudeste	0,38056	0,25802	0,1427
<i>Dummy</i> Sudoeste	0,06803	0,25329	0,7887

Fonte: Elaboração própria com dados do software SAS®

O coeficiente da taxa de homicídio em 1992 foi positivo e significativo, o que mostra que municípios com níveis iniciais de criminalidade mais altos apresentam um maior dos homicídios que aqueles municípios com menores níveis de homicídios. Isto pode ser visto analisando o gráfico 3.2 onde mostra que, por exemplo, a mesorregião Norte Pioneiro tinha uma taxa de homicídio de 6,51 em 1992 e passou para 9,15 em 2002, crescimento de 40,55%. Enquanto a região Oeste do Paraná apresentava uma taxa de homicídio de 17,90 em 1992 e passou para 37,19 em 2000, um crescimento de 107,76%. O coeficiente da proporção da população em área urbana foi positivo e significativo, o que mostra que quanto maior o grau de urbanização dos municípios, maior será a taxa de homicídio. Como exemplo, a cidade de Foz do Iguaçu que apresenta a maior taxa de homicídio do Paraná (87,34) tem um elevadíssimo grau de urbanização, 99,22. Já a cidade de Ibaiti que tem taxa de homicídio mais baixa do Estado (3,77), apresenta um grau de urbanização menor, 74,51.

No que concerne à intensidade da pobreza, as estimativas demonstraram que quanto maior a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza, maior a criminalidade. Para ilustrar, tem-se a cidade de Godoy Moreira onde a intensidade da pobreza é de 62,85 e a taxa de homicídio é de 28,33.

No que diz respeito à proporção de jovens na população, o coeficiente foi positivo e significativo. Isto mostra que a idade é um fator importante para o crescimento da criminalidade. As estimativas mostraram também que, nos municípios paranaenses, quanto maior for o índice de analfabetismo entre jovens de 18 a 24 anos e quanto menor for o tempo de estudo de jovens entre 15 e 17 anos, maior é o aumento da criminalidade. Isto mostra quão importante é a educação sobre os níveis de criminalidade.

Estes resultados demonstram que municípios com piores indicadores socioeconômicos tendem a apresentar um maior crescimento nas taxas de criminalidade.

CONCLUSÃO

Nesta monografia foram analisados os determinantes das variações nas taxas de criminalidade dos municípios paranaenses entre 1992 e 2002. Em primeiro lugar, no propósito de estudar os indicadores socioeconômicos que poderiam explicar as taxas de criminalidade no Paraná, foi estudada e apresentada uma descrição do perfil socioeconômico do Estado. Em segundo, o estudo analisou a evolução da criminalidade, no período anteriormente citado, para todos os 399 municípios do Paraná. Por exemplo, Ibaiti (Norte Pioneiro) é a cidade onde ocorre a menor taxa de homicídio no Estado com cerca de quatro mortes por cem mil habitantes. Na outra mão, Foz do Iguaçu (Oeste) é a cidade com a maior taxa de homicídio com aproximadamente noventa e sete mortes por cem mil habitantes.

Por último, desenvolveu-se um estudo econométrico no sentido de testar e analisar as hipóteses de que as variações das taxas de homicídios estão relacionadas com indicadores socioeconômicos. Em resumo, os resultados demonstram que municípios com piores indicadores socioeconômicos tendem a apresentar um maior crescimento nas taxas de criminalidade.

A educação mostrou-se um fator muito importante como determinante do crescimento da criminalidade nos municípios paranaenses. As estimativas mostraram que quanto maior for o índice de analfabetismo entre jovens de 18 a 24 anos e quanto menor for o tempo de estudo de jovens entre 15 e 17 anos, maior é o aumento da criminalidade. Para RESENDE *et al* (2007), “um menor nível educacional reduz as possibilidades de melhor inserção no mercado de trabalho, aumentando o retorno de atividades criminosas”.

A intensidade da pobreza e o grau de urbanização também foram fatores significativos. Quanto mais pobre e urbano for um município, maior será o aumento na taxa de homicídio.

Por fim, averiguou-se que municípios com níveis iniciais de criminalidade mais altos apresentaram um crescimento maior dos homicídios que aqueles municípios com menores níveis de homicídios.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO JR., A. & FAJNZYLBBER, P. **O que causa a criminalidade violenta no Brasil?** Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996. Cedeplar/UFMG, set. 2001a (texto para discussão, n. 162).

ARAÚJO JR., A. & FAJNZYLBBER, P. **Violência e criminalidade.** Cedeplar/UFMG, out. 2001b (texto para discussão, n. 167).

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Violence as an Obstacle to Development.** Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=362887>> Acesso: 26 out. 2007.

BECKER, G. **Crime and punishment: an economic approach.** *Journal Political Economy*, v. 76, p. 169-217, 1968.

BECKER, G. **Nobel lecture: the economic way of looking at behavior.** *Journal Political Economy*, 101, p. 385-409, 1993.

BIBLIOTECA DIGITAL DA UFMG. **Determinantes da criminalidade no município de Belo Horizonte.** Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/FACE-5RXRTT>> Acesso em: 03 out. 2007.

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil.** Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/analise_custo_beneficio.pdf> Acesso em: 03 out. 2007.

CLEMENTE, A. & WELTERS, A. Reflexões sobre o modelo original da economia do crime. **REVISTA DE ECONOMIA**, v.33, n.02, 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/9967/6843>> Acesso em: 10 nov. 2008

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **História e Desenvolvimento da Economia Paranaense e Desenvolvimento da Economia Paranaense: da Década de Trinta a Meados dos Anos Noventa do Século XX.** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-04.pdf>> Acesso em: 30 set. 2008

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Preços Hedônicos.** Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/seto3-1203.pdf>> Acesso em: 04 out. 2007.

LOURENÇO, G.M. **A Economia Paranaense em Tempos de Globalização,** 2003.

NETO, A. **Preços Hedônicos.** *Informações Econômicas*, v.33, n12, 2003.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2007

PORTAL O-PARANÁ. Disponível em: <<http://www.o-parana.com>> Acesso em: 24 set. 2008

SERRA, M. & DE PAULA, N. **Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais.** UFPR. Disponível em: <http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2006_texto_19.pdf> Acesso em: 22 set. 2008

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECÔNOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Viabilidade econômica através da função de preços hedônicos: o caso do Programa Viver Melhor, na Bahia.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/retros2005/17-viabilidade_economica.pdf> Acesso em: 26 out. 2007

TEIXEIRA, E. **Estimando o impacto econômico da violência**: custos da criminalidade em Curitiba. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

TEIXEIRA, E. **O impacto da criminalidade no valor da locação de imóveis**: o caso de Curitiba. UNICAMP. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_26/08_criminalidade_curitiba.pdf> Acesso em: 28 set. 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Método de Valoração Contingente: Aspectos Teóricos e Testes Empíricos**. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/jmn/trabalhos/1998/i.pdf>> Acesso em: 26 out. 2007

ANEXOS

Mesorregião	Microrregiões	Municípios
Centro Ocidental	Campo Mourão	Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa.
	Goioerê	Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre d'Oeste, Ubitatã.
Centro Oriental	Jaguariaíva	Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Sengés.
	Ponta Grossa	Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa
	Telêmaco Borba	Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania.
Centro Sul	Guarapuava	Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo, Virmond.
	Palmas	Clelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Palmas.
	Pitanga	Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga, Santa Maria do Oeste.
RMC	Cerro Azul	Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses.
	Curitiba	Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tunas do Paraná.
	Lapa	Lapa, Porto Amazonas.
	Metropolitana de Curitiba	Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul.
Noroeste	Paranaguá	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná.
	Cianorte	Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema,

		Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste.
	Paranavaí	Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica.
	Umuarama	Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Vila Alta, Xambrê.
Norte Central	Astorga	Ângulo, Astorga, Atalaia, Cafeara, Centenário do Sul, Colorado, Flórida, Guaraci, Iguaçu, Itaguajé, Jaguapitã, Lobato, Lupionópolis, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, Uniflor.
	Apucarana	Apucarana, Araçongas, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Sabáudia.
	Faxinal	Bom Sucesso, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marumbi, Rio Bom.
	Floraí	Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Itambé, Ivatuba, Ourizona, São Jorge do Ivaí.
	Ivaiporã	Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Ribeirão Bonito, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí.
	Londrina	Cambé, Ibiporã, Londrina, Pitangueiras, Rolândia, Tamarana.

	Maringá	Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu, Sarandi.
	Porecatu	Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, Miraselva, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Sertanópolis.
Norte Pioneiro	Assaí	Assaí, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Uraí.
	Cornélio Procópio	Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, Sertaneja.
	Jacarezinho	Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina.
	Ibaiti	Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Japira, Pinhalão, Sapopema.
	Wenceslau Braz	Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz.
Oeste	Cascavel	Cafelândia, Cascavel, Rio do Salto, Juvinópolis, São João do Oeste, Sede Alvorada, São Salvador, Distrito Sete, Espigão Azul.
	Foz do Iguaçu	Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste.
	Toledo	Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi.
Sudeste	Irati	Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul.
	Prudentópolis	Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Teixeira Soares.
	São Mateus	Antônio Olinto, São João do Triunfo, São Mateus

	do Sul	do Sul.
	União da Vitória	Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, União da Vitória.
Sudoeste	Capanema	Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste.
	Francisco Beltrão	Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste, Verê.
	Pato Branco	Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino.